

vol.1 n°2



DISSONÂNCIA

DOSSIÊ TEORIA CRÍTICA E FEMINISMO

VOLUME 1, NÚMERO 2, DEZEMBRO/2017

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)



DISSONÂNCIA

Revista de Teoria Crítica do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

ISSN: 2594-5025

EDITORAS-CHEFES RESPONSÁVEIS PELO NÚMERO: Inara Luísa Marin, Ingrid Cyfer, Mariana Teixeira, Bruna Batalhão.

EQUIPE EDITORIAL: Adriano Márcio Januário, Bárbara Santos, Fernando Bee, Olavo Ximenes, Rafael Palazi, Raquel Patriota, Ricardo Lira.

CORPO EDITORIAL CIENTÍFICO: Alessandro Pinzani (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil) – Andrew Feenberg (Simon Fraser University, Canada) – Arnold Farr (University of Kentucky, Estados Unidos) – Clodomiro Bannwart (Universidade Estadual de Londrina, Brasil) – Daniel Peres (Universidade Federal da Bahia, Brasil) – Denílson Werle (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil) – Emmanuel Renault (Université Paris-Ouest Nanterre La Défense, França) – Erick Calheiros Lima (Universidade de Brasília, Brasil) – Everaldo Vanderlei de Oliveira (Universidade Federal de Sergipe, Brasil) – Felipe Gonçalves Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) – Gustavo Leyva Martínez (Universidad Autónoma Metropolitana, México) – Hélio Alexandre da Silva (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil) – Hélio Ázara de Oliveira (Universidade Federal de Campina Grande, Brasil) – Isabelle Aubert (Université Paris I – Panthéon Sorbonne, França) – Jaeho Kang (University of London, Inglaterra) – John Abromeit (The State University of New York) – Josué Pereira da Silva (Universidade Estadual de Campinas, Brasil) – Katia Genel (Université Paris I, França) – Marcos Nobre (Universidade Estadual de Campinas, Brasil) – Miriam Madureira (Universidade Federal do ABC, Brasil) – Olivier Voirol (Université de Lausanne, Suíça) – Peter Erwin – Jansen (Hochschule Koblenz, Alemanha) – Robin Celikates (Universiteit van Amsterdam, Holanda) – Sérgio Costa (Freie Universität-Berlin, Alemanha) – Simon Susen (City University London, Inglaterra) – Stefan Klein (Universidade de Brasília, Brasil) – Stefano Giacchetti (Loyola University Chicago, Itália) – Yara Adario Frateschi (Universidade Estadual de Campinas, Brasil).

DIAGRAMAÇÃO E CAPA: Fernando Bee.

IMAGEM DA CAPA: Caroline Gaspar.

PARTICIPANTES DO VOLUME

Adriana P. Matos é mestranda em Filosofia pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do Núcleo Direito e Democracia do CEBRAP

Ana Catarina Pereira é professora auxiliar na Universidade da Beira Interior

Beatriz Rodrigues Sanchez é doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo

Cynthia Kraus é professora da faculdade de ciências sociais e política da Université de Lausanne

Danielle Petherbridge é professora de filosofia na University College Dublin

Estelle Ferrarese professora de moral e política na Université de Picardie Jules-Verne/ CURAPP-ESS

Gislene Aparecida dos Santos é professora livre-docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP)

Jéssica Omena Valmorbida é doutoranda em Filosofia pela Universidade de São Paulo

Olivier Voirol é professor de ciências sociais e política da Université de Lausanne

SUMÁRIO

EDITORIAL

Apresentação.....	8
Ingrid Cyfer, Inara Marin, Mariana Teixeira, Bruna Batalhão	

ARTIGO CONVIDADO

O positivo e o político: Iris M. Young e o projeto da teoria crítica.....	14
Olivier Voirol	

ARTIGOS

Diálogos entre a teoria e a prática social: Seyla Benhabib e a fundamentação normativa da crítica.....	50
Adriana P. Matos	
Contestando os limites do político: o lugar da representação na teoria crítica feminista.....	74
Beatriz Rodrigues Sanchez	
Benhabib e um espaço público para sujeitos concretos.....	105
Jéssica Omena Valmorbida	

TRADUÇÕES

Como se coalizar? Corpos aliados e democracia.....	130
Cynthia Kraus	

O que há de crítico na vulnerabilidade? Repensando interdependência, reconhecimento e poder..... 145

Danielle Petherbridge

(Re)fazer a Teoria Crítica: por uma (re)leitura feminista..... 176

Estelle Ferrarese

RESENHA-ENSAIO

Justiça e inclusão: Desafios contemporâneos aos movimentos feministas, na perspectiva de Iris Young..... 195

Ana Catarina Pereira

ENTREVISTA

Quais são os desafios para as intersecções entre feminismo e raça? Entrevista com a professora Gislene Aparecida dos Santos..... 210

Natália Neris, Fernando Bee

(RE)FAZER A TEORIA CRÍTICA: POR UMA (RE)LEITURA FEMINISTA *

Estelle Ferrarese

Por que apoiar [*arc-bouter*] a Teoria Crítica no feminismo – ou vice-versa – no início do século XXI?

A Teoria Crítica é, por um lado, suspeita de seu feminismo de mau grado, frequentemente desenvolvido a reboque. Nesse sentido, as passagens aparentemente feministas da obra de Adorno são precisamente aquelas nas quais emergem as posições mais reacionárias quanto às relações homens-mulheres¹. Sua crítica ao patriarcado repousa, com efeito, na convicção de que as mulheres “não tiveram nenhuma participação independente nas habilidades que produziram essa civilização. É o homem que deve sair para enfrentar a vida hostil, é ele que deve agir e lutar. A mulher não é sujeito. *Ela não produz*, mas cuida dos que produzem”². Ou então as preocupações feministas são alocadas nos prefácios e revisões. É apenas no prefácio de 1992 à obra *Mudança Estrutural da Esfera*

* N.T.: O texto original, “(Re)faire de la Théorie critique: pour une (re)lecture féministe”, será publicado na revista *Cités*, n°73, 2018, p. 43-55.

¹ Permitam-nos fazer referência, aqui, ao nosso livro: Estelle Ferrarese, *La fragilité du souci des autres. Adorno et le care*, Lyon, Editions de l'ENS, 2018, no prelo.

² ADORNO, T; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido de Almeida. – Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 203. (N.T.: a autora cita o trecho da tradução francesa: Adorno,T; Horkheimer, M. *La dialectique de la Raison*, Paris, Gallimard (TEL), 1974, p. 270. [Grifo da autora]).

Pública, trinta anos depois de sua publicação inicial, que Habermas acaba por se perguntar se “a exclusão das mulheres foi também constitutiva para a esfera pública política, no sentido de que esta foi dominada pelos homens não apenas de forma contingente, mas foi determinada também em termos de gênero em sua estrutura e sua relação com a esfera privada”³. Mais recentemente, Hartmut Rosa admitiu poder tratar do caráter temporal do gênero na sua reflexão sobre a aceleração social contemporânea, mas ao mesmo tempo frisou que esse tema tem uma “importância secundária”⁴ para seu projeto de pensar a modernidade pelo prisma de seu ritmo.

Por outro lado, a Teoria Crítica, aquela da Escola de Frankfurt⁵, é cercada pelas teorias mais evidentemente feministas que buscam se apropriar do sintagma *Critical Theory*, interessando-se mais pelos temas menores do que por seus filósofos – a exemplo de Judith Butler, que só dedica uma pequena atenção ao que Adorno quer dizer com “tornar-se humano”⁶. Por que então continuar se apegando à versão alemã, simultaneamente hegeliano-marxista e micrológica, da Teoria Crítica?

³ HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Tradução de Denilson Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 46. (N.T.: a autora cita o trecho da versão francesa: Habermas, J., *L'espace public*, Paris, Payot, 1992, p. VIII).

⁴ Hartmut Rosa, *Accélération. Une critique sociale du temps*, Paris, La Découverte, 2010, p. 24.

⁵ Por Teoria Crítica entendemos, neste artigo, um conjunto de filósofos, sociólogos, psicanalistas, reunidos em círculos mais ou menos estreitos em torno do Instituto de Pesquisa Social em Frankfurt ao longo de várias gerações, círculos que reúnem notadamente Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Jürgen Habermas, Axel Honneth, Hartmut Rosa, Rahel Jaeggi – não sendo essa lista exclusiva. Por falta de espaço, discutiremos de modo desigual – e por vezes de nenhum modo – as proposições particulares de uns e de outros.

⁶ Judith Butler, *Le récit de soi*, Paris, PUF, 2007, pp. 103-112.

Há também, em suas franjas americanas⁷, um pequeno grupo que tentou empreender, nos anos 1980-1990, uma virada feminista para a reflexão sobre a deliberação e a participação política, que concentrava na época as correntes preocupações políticas e intelectuais – pequeno grupo este constituído notadamente por Nancy Fraser, Seyla Benhabib, e também Iris Marion Young.

Assim, Iris Marion Young defendeu a ideia de que a caracterização do espaço público pela imparcialidade e racionalidade teria por consequência necessária a circunscrição da necessidade, do desejo e do sentimento na esfera doméstica – e, com isso, àquelas que são apresentadas como suas guardiãs, as mulheres⁸. Nancy Fraser, que defende um socialismo facilmente solúvel nas preocupações políticas francesas, provavelmente se beneficiou da recepção mais larga na França. No cerne disso se encontra a noção de um “contrapúblico subalterno” – mobilizada dentro e fora dos círculos feministas – porque ela contesta a reivindicação liberal de poder autonomizar a arena de deliberações públicas em relação ao campo pré-político das desigualdades entre os cidadãos. Para Fraser, o espaço público não seria visto como uma esfera única, coextensiva à comunidade política modelada por Jürgen Habermas; existem, devem existir, os contrapúblicos subalternos. Estes são definidos como “arenas discursivas paralelas nas quais os membros dos grupos sociais subordinados elaboram e difundem contradiscursos, que lhes

⁷ Também existe, evidentemente, um debate feminista alemão com as proposições da Escola de Frankfurt. Sem ser usado por nenhum “império”, esse debate quase não é reconhecido internacionalmente.

⁸ Iris Marion Young, “Impartiality and the Civic Public”, in S. Benhabib and D. Cornell, *Feminism as Critique. On the Politics of Gender*, Minneapolis: University of Minnesota Press 1987, p. 66.

permitem fornecer uma interpretação própria de suas identidades, seus interesses e suas necessidades”⁹.

Mas aqui, mais do que estabelecer uma cartografia dos temas propostos por essa primeira onda da crítica feminista, nós conservaremos uma postura geral, que mantém a convicção de que o feminismo tem algo a dizer sobre a participação, a reificação, o capitalismo, a crise, ou mesmo os processos de subjetivação *em geral*. A teoria crítica feminista recusa abandonar o geral porque as mulheres foram dele expulsas. Ela é levada pela convicção de que o feminismo pode e deve modelar o gesto crítico, e que este se exerce ou não sobre o patriarcado e a dominação masculina.

Sobre este pano de fundo, nós gostaríamos de demonstrar que é possível haver uma recepção clandestina da Teoria Crítica, um uso tanto escrupuloso em sua forma quanto infiel em sua finalidade.

Parece ser possível distinguir ao menos três constelações temáticas da Teoria Crítica, suscetíveis à apropriação ou ao desvio pelo feminismo de nosso tempo: um pensamento sobre a natureza, que permite colocar a natureza humana, feminina e biológica, no seu lugar devido: inatingível e supérfluo; uma reflexão sobre a emancipação e os paradoxos dessa busca; e, enfim, uma teoria da forma de *vida* capitalista que oferece uma visão fecunda da articulação entre produção e reprodução.

1. UMA NATUREZA INATINGÍVEL E SUPÉRFLUA

A Escola de Frankfurt distinguiu-se por uma crítica à “segunda natureza” que nos teria imposto o capitalismo, segunda natureza reificante e desprovida de sentido, mas que não acena para nenhuma “primeira” natureza para a qual se poderia e deveria regressar. Não

⁹ FRASER, N. *Qu'est-ce que la justice sociale? Reconnaissance et redistribution*, Paris, La Découverte, 2005, p. 126.

há um retorno possível a um estado “pré-dado”, intocado: “A imagem da natureza não desfigurada brota, antes de mais, da deformação como sua antítese”¹⁰, afirma Adorno num aforismo de *Minima Moralia* dedicado, vale a pena notar, ao “caráter feminino”.

Para Adorno e Horkheimer, a História é a história do desdobramento da razão instrumental; ela coincide com uma dominação da natureza – interna e externa – cada vez mais desenvolvida. Em um mesmo movimento, a natureza externa foi dotada de um caráter atemporal e a-histórico, tornou-se apreensível como um mundo de objetos quantificáveis, oposto ao mundo humano. Quanto à natureza humana, em sua textura somática, afetiva, certamente teleológica, ela foi moldada, delineada, pela Razão e seus imperativos. E não há nenhum meio de saber aquilo que nós perdemos ao longo do processo de desenvolvimento da Razão e da dominação da natureza. O que somos é resultado dos processos de dominação. Mas de maneira ainda mais radical, o ser humano – tanto o homem como a mulher – não pode ser concebido como um ser estático para o qual os poderes externos, as condições de produção e de vida às quais deve se adaptar, a existência de certas “coisas”, as formas de poder, de normas, etc., impõem certas alterações.

O dado biológico ele mesmo é continuamente determinado e elaborado por uma prática cultural – ele tem uma história. Cada um dos dois conceitos, o de história e o de natureza, só podem ser mobilizados numa função crítica em relação ao outro¹¹.

Quanto à reconciliação com a natureza – que Adorno indica regularmente como aspiração em sua obra –, ela não supõe de

¹⁰ Theodor W. Adorno, *Minima Moralia*. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Edições 70, 2001, p.84 (N.T.: a autora cita a versão francesa: *Minima Moralia*, Paris, Payot, 1991, p. 92).

¹¹ Theodor W. Adorno, “L’idée d’histoire de la nature”, *L’actualité de la philosophie et autres essais*, Paris, Editions Rue d’Ulm/Presses de l’ENS, 2008.

nenhum modo um reencantamento desta, pois a natureza é plena de impulsos e tendências contraditórias, algumas das quais não têm nada de desejável, como é o caso da compulsão ou da repetição. Ela supõe, antes, que os seres humanos deixem de constituí-la como o outro da cultura. Em outros termos, não somente a natureza e o dado são inatingíveis, mas também é politicamente problemático buscá-los.

Adotar esse ponto de vista para lhe conferir uma virada feminista permite certamente frisar que invocar a natureza não é nada mais do que suscitar ou reforçar a naturalização de uma relação histórica, mas isso pode ser realizado – e tem sido feito – a partir de muitas outras perspectivas feministas. Tal ponto de vista permite movimentos teóricos mais particulares, e se compromete primeiramente com a refutação das teses defendidas pelo ecofeminismo.

Neste último, as mulheres alimentariam, de maneira trans-histórica, uma relação com a natureza que não seria a de dominação: “o trabalho que é posto na produção da vida não deve ser interpretado como uma interação de um ser humano com a natureza; ele aparece mais como um ato da natureza ela mesma”¹². Em razão das tarefas específicas das quais se encarregam no processo de reprodução (na gravidez, no cuidado das crianças, nas tarefas domésticas), as mulheres manteriam uma relação com o meio-ambiente natural que repousa sobre a responsabilidade e a recusa da apropriação bruta, beneficiando-se de uma perspectiva que transcende os modos capitalista e colonialista de produção¹³. Mas uma tal postura repousa sobre uma dupla ilusão. Uma delas se sustenta na existência de uma natureza externa, sempre já separada

¹² Maria Mies, *Patriarchat und Kapital: Frauen in der Internationalisierung der Arbeit*, Zürich: Rotpunktverlag, 1990, p. 64.

¹³ Karen Warren, *Ecofeminism: Women, Culture, Nature*, Indiana University Press, 1997.

da esfera humana, que poderia ser apreendida seja por um modo “masculino”, seja por um modo “feminino”. A outra carrega a preocupação evidente e imediata pela natureza que caracterizaria as mulheres.

A natureza externa, assim como a natureza interna, resultam de agenciamentos políticos e de uma economia política; as mulheres participam desse agenciamento e dessa economia, mesmo que sejam, por outro lado, objetos de dominação; a ideia mesma de reconciliação com uma entidade separada, virgem e benéfica, permitida por uma natureza feminina, intocada e benfazeja, é inadmissível.

Além disso, para a Teoria Crítica, uma vez que não há nada dado, não há também uma voz feminina, uma voz que seria frequentemente sufocada, ameaçada pelo exterior, e que deveria ser recuperada. O apelo a uma fidelidade a seu próprio fundamento, a injunção de abrir caminho para uma integridade sepultada, a exigência de encontrar uma justeza que se suponha confiável, só podem ter uma função ideológica. Não há uma relação consigo mesmo que não seja mediada pela sociedade. Ao sustentar a ficção de uma imediatidade, de uma integridade, o feminismo que, seguindo o uso de Carol Gilligan da ideia de voz, renomeia a recusa, disciplina contra a conformidade que traz o selo da dominação.

E a tendência é tanto mais nociva quanto mais ela postula um contato não-mediado com uma interioridade *sempre-já moral*, em todo caso orientada em direção aos outros, suas necessidades e sua singularidade. Uma teoria crítica feminista deve salientar que isto converge muito bem com a dimensão de gênero da compra “ética”, do consumo “justo”: as mulheres são as primeiras compradoras e os alvos privilegiados do marketing dessa forma de comércio, que supõe e ativa uma sensibilidade particular das mulheres quanto ao sofrimento dos outros. Trata-se de dar conta da maneira pela qual o

capitalismo e a ordem de gênero se sustentam mutuamente em meio à preocupação com os outros.

Sobretudo para a Teoria Crítica, a emancipação das mulheres não pode resultar de seu compromisso consigo mesmas; ela apenas pode ocorrer na intersubjetividade, na confrontação de suas próprias reivindicações com as dos outros. A experiência, inclusive aquela da dominação, só pode ter pertinência política e eficácia no mundo se for acompanhada de um descentramento, de um abandono (parcial) de uma postura e de uma pretensão – descentramento este que opera através do teste do desacordo, que compele à aprendizagem. Tal foi a via delineada por Iris Marion Young, quando se serviu das teorias da deliberação para elucidar a transformação que pode ocorrer ao longo do processo de discussão e argumentação: “há algo a aprender com as perspectivas dos outros quando eles comunicam suas concepções e perspectivas, precisamente porque as perspectivas não são redutíveis umas às outras e não se deixam reduzir a um bem comum”¹⁴.

Enfim, defender uma Teoria Crítica feminista implica abster-se da busca por uma nova antropologia. Muitas correntes feministas se perguntaram se, a fim de derrubar a antropologia individualista, racionalista e possessiva do contrato social, não seria necessário substituí-la por uma outra, que seria adornada de traços mais “femininos”, sustentando por exemplo que somos todas vulneráveis. Essa via, tomada de empréstimo pelas teorias do cuidado, e também por Judith Butler desde sua virada ética, não poderia ser aquela da Teoria Crítica.

Pois isso volta a reproduzir e a reassegurar uma separação completa e constante entre o mundo natural e o mundo social. Os discursos políticos, científicos modernos e contemporâneos

¹⁴ Iris Marion Young, “Communication and the Other : Beyond Deliberative Democracy”, in Seyla Benhabib ed., *Democracy and Difference. Contesting the Boundaries of the Political*, Princeton University Press, 1996, p. 127.

procuraram separar freneticamente os planos ontológico e social, alocando certas manifestações da vulnerabilidade num primeiro plano e outras em segundo, sem que haja aparentemente uma passagem possível. Colocar uma nova antropologia não fará senão confirmar que existem dois níveis de realidade, estanques, *puros*. A tarefa de uma Teoria Crítica feminista deve ser a de lembrar que os dois níveis de realidade são inseparáveis. É necessário tanto trazer à luz aquilo que o levantamento e o estabelecimento perpétuo dessa fronteira permitem, esquecem e dissimulam, quanto operar um deslocamento. Mundo social e vulnerabilidade ontológica devem ser pensados em conjunto, a fim de mostrar como eles se engendram e se co-produzem.

Quando a vulnerabilidade entra no vocabulário de uma Teoria crítica feminista, ela só pode designar uma vida *à mercê*. Ela pode apenas mostrar que a vulnerabilidade emerge porque os arranjos institucionais, as normas, os arranjos materiais – dos esclarecimentos públicos às regras de reagrupamento familiar – tornam possível uma existência *à mercê* de um outro poder de agir. A vulnerabilidade não pode ser pensada senão endossando o princípio de uma natureza inatingível e supérflua.

2. OS PARADOXOS DA EMANCIPAÇÃO

Um tema característico da Teoria Crítica é aquele dos paradoxos do capitalismo, ou da modernidade; esse tema remete ao “estranho fato de que muitos dos progressos normativos das décadas passadas transformaram-se em seu oposto”¹⁵, este fato de que a concretização de um projeto produz efeitos opostos às intenções que o animam e justificam. Adorno e Horkheimer estabeleceram como objeto privilegiado a maneira pela qual a perspectiva kantiana do

¹⁵ Axel Honneth, *La société du mépris*, Paris, La Découverte, 2006, p. 287.

“entendimento não dirigido por outrem”¹⁶ transforma-se na brutalidade descrita nas obras de Marquês de Sade, em um “sujeito burguês liberado de toda tutela”. Recentemente, Axel Honneth analisou a apropriação dos ideais modernos da realização de si, do individualismo, e da igualdade universal como forma de regulação jurídica, pela regulação das relações assalariados-empresas¹⁷. Ele mostrou como as expectativas legítimas de reconhecimento social são transformadas por técnicas gerenciais para garantir um aumento da mais-valia.

Tal preocupação já foi transposta para uma perspectiva abertamente feminista por Nancy Fraser, que a empregou para atualizar a dupla, por vezes tripla face dos movimentos de emancipação contemporâneos, a começar pelo movimento de liberação das mulheres. Ela se debruçou sobre a possível participação do feminismo dos anos 1960 e 1970 no desenvolvimento de um certo capitalismo, sobre as afinidades eletivas entre as aspirações de um e os imperativos do outro, que a história recente parece revelar. A crítica feminista do modelo do salário único masculino alimentou, segundo ela, o discurso que confere ao flexível capitalismo contemporâneo um sentido superior, um propósito moral. Sob sua influência, as mulheres executivas determinadas a quebrar o teto de vidro – assim como os trabalhadores precários que, ao buscar renda, aspiravam a uma libertação da autoridade tradicional – realizaram, em seu sonho de emancipação, uma intensificação da valorização capitalista do trabalho assalariado¹⁸.

¹⁶ Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, *La Dialectique de la Raison*, Paris, Gallimard, 1974, p. 97.

¹⁷ Cf. Martin Hartman et Axel Honneth, “Les paradoxes du capitalisme : un programme de recherche”, in Axel Honneth, *La société du mépris*, op. cit., pp. 275-303.

¹⁸ Nancy Fraser, “Feminism, Capitalism, and the Cunning of History”, *New Left Review* 56, March-April, 2009, pp. 97-117.

Colocar-se nessa filiação envolve o cultivo de uma autorreflexão do gesto crítico, a inquietude quanto ao próprio feminismo, suas afinidades e suas fugas. Isso chama atenção àquilo que fez com que o feminismo se tornasse, sem querer [*nolens volens*], o cúmplice.

Mas também é necessário observar que, já que o sentido de nossos gestos pode ser revertido pelo contexto em que se encontram, já que os conteúdos normativos podem ser desajustados, degradados ou revertidos por sua própria realização prática, é aconselhável no momento fazer com que a tomada de consciência, tão privilegiada na tradição marxista, mas também no seio do feminismo, perca a centralidade ao se pensar a emancipação.

Uma teoria crítica feminista deve abandonar a ideia de uma subordinação que estaria ligada a uma percepção inadequada das lógicas às quais os indivíduos estão submetidos. É tempo de levar em consideração o fato de que estamos, hoje, em um período tanto consciente quanto crítico (seja essa crítica feminista ou não), sem que isso resulte em uma transformação radical. Deve-se entender a maneira pela qual as reivindicações e os gestos políticos se chocam com um mundo social repleto de objetos não somente inapropriáveis, mas capazes de apropriar o sentido do agir político para revertê-lo em seu contrário, e de formas de organização social e relações sociais que naturalizam, desfazem ou desviam a ação singular ou coletiva.

Ademais, deve-se esclarecer os novos paradoxos que estão se desenhando, em particular o caminho sem saída que parece se tornar a ideia, todavia promissora do ponto de vista do gênero, de uma liberação pela possibilidade de escolha. O horizonte de uma forma de vida onde as possibilidades não estão todas exauridas ou extintas, e na qual ainda é possível fazer ou não fazer; a ideia de uma vida indeterminada parece se reverter hoje na realidade de uma simples

escolha de opções de vida prontas para a adoção, comensuráveis e permutáveis. Roswitha Scholz, que desenvolveu uma crítica feminista do valor a partir de uma perspectiva adorniana, faz considerar, nessa linha, o fato de que na era das relações “flexibilizadas” e de novas identidades, em que é certamente possível (para alguns) escolher livremente, sucessivamente e mesmo simultaneamente – investimentos que ao mesmo tempo formam grilhões –, a verdadeira questão torna-se a da possibilidade de sair da “falsa possibilidade”, desse que não é senão um reino do arbitrário. “No atual patriarcado em que, a despeito ou talvez em razão mesmo das lúgubres perspectivas que oferecem a crise, todas as possibilidades aparecem efetivamente realizáveis (a mudança de sexo, a simulação ilimitada no domínio da mídia, a dominação quase absoluta dos tijolos elementares da 'natureza' através da engenharia genética)”¹⁹, o discurso sobre a emancipação é absorvido e neutralizado na simples “possibilidade da possibilidade”.

Refletindo sobre isso, pode ser que assistamos hoje a uma reviravolta implacável: se a referência à natureza serve frequentemente, como frisou Adorno, como uma ferramenta retórica, como recurso ideológico para fazer de um fenômeno perfeitamente social uma realidade insuperável – para sugerir um processo de uma amplitude excepcional, que excede as forças humanas, impedindo assim de perceber a secreta sombra social que o dissimulou –, a possibilidade, oferecida em todo caso pela técnica de modificar a natureza biológica, transformou-se em um teste falsificado, ou em uma presunção errônea, de uma emancipação realizada.

¹⁹ Roswitha Scholz “Théorie de la dissociation sexuelle et théorie critique adornienne”, *Palim Psao*, 2016: <http://www.palim-psao.fr/article-theorie-de-la-dissociation-sexuelle-et-theorie-critique-adornienne-par-roswitha-scholz-122321385.html>

3. PRODUÇÃO, REPRODUÇÃO, APROPRIAÇÃO

As esferas da reprodução humana e da produção não devem ser apreendidas separadamente, segundo Adorno e Horkheimer – para os quais, assim como para Marx, a forma de vida é a forma que toma a vida em certo modo de produção. A forma de vida capitalista nasce e se reproduz, assim, em uma tentativa de satisfazer as necessidades; ela resulta da produção social dos meios de subsistência e da atividade material que é compreendida na produção e reprodução social da vida. Ela absorve a maneira pela qual as relações sociais de trabalho, naquilo que elas têm de somático, são incrustadas nos objetos.

Conferindo um conteúdo feminista a essa convicção de inseparabilidade, Nancy Fraser e também Roswitha Scholz se introduzem no que Marx chamou de “laboratório secreto da produção”²⁰ para frisar que o mercado tem por condição de possibilidade as relações sociais que lhe permanecem alheias, através das quais figura a reprodução social da vida. Esse conjunto de atividades atribuído às mulheres, visando sustentar a vida dos seres humanos, sustentar seus corpos e também o mundo de relações nas quais eles vivem e que escapam ao mercado, não resulta em objeto de remuneração, e permite dessa maneira não somente uma produção sem obstáculos mas também uma produção em que todos os custos são reduzidos. Em outras palavras, a forma de vida capitalista supõe a exploração ou apropriação de um trabalho cuja distribuição é generificada.

Hoje em dia, não se trata apenas de denunciar – como fizeram nos anos 1960 as feministas materialistas – a limitação da definição hegemônica do trabalho ao labor realizado apenas no seio da esfera

²⁰ Nancy Fraser, “Behind Marx’s Hidden Abode. For an Expanded Conception of Capitalism”, *New Left Review* 86, March-April 2014, pp. 55–72.

da produção²¹, de contestar o condicionamento do estatuto de cidadão ou de sujeito político, do trabalhador assim definido²², ou mesmo de pôr em evidência a maneira pela qual o trabalho reprodutivo sustenta a criação do valor de troca²³. Cabe a uma Teoria crítica feminista observar a maneira pela qual as mutações contemporâneas dessa imbricação da produção e da reprodução alimentam e transformam a ordem de gênero, e isso sob múltiplos aspectos. De um lado, essa imbricação supõe uma separação primeira, originária, que está em plena transformação. De outro, ela repousa sobre a nova fabricação de uma lógica global de apropriação.

A desacoplagem das duas lógicas de produção e reprodução certamente não é mais realizada pelo confinamento dos indivíduos em uma só delas em função do sexo, mas as mulheres pagam hoje o custo essencial desse confinamento. Um tal fenômeno é, hoje em dia, notadamente acentuado pelo desinvestimento estatal na esfera da reprodução social, ou seu investimento cada vez mais condicionado. Com efeito, vale a pena considerar que a proteção social, enquanto feita de direitos, de recursos e proteções – em suma de “suportes coletivos” que a capacidade de agir encontra na organização social (Castel) – tem principalmente buscado fazer frente às restrições e contratempos ligados à reprodução da vida. O atual retraimento do Estado de bem-estar na maior parte das sociedades ocidentais tem como efeito um re-confinamento da reprodução na esfera privada e,

²¹ Cf. por exemplo Silvia Federici, “Wages Against Housework” (1975), in *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction and Feminist Struggle*, New York, PM Press/Common Notions, 2012.

²² Cf. por exemplo Nancy Fraser, “Expropriation and Exploitation in Racialized Capitalism: A Reply to Michael Dawson,” *Critical Historical Studies* 3, no. 1, Spring 2016, pp. 163-178.

²³ Roswitha Scholz, *Das Geschlecht des Kapitalismus. Feministische Theorien und die postmoderne Metamorphose des Kapitals*, Bad Honnef, Horlemann, 2011, p. 25.

de modo mais geral, um desacoplamento cada vez mais severo entre as lógicas de produção e reprodução.

Uma de suas fontes – e aqui devemos voltar ao tema da aceleração social evocado na introdução – é o tempo; o trabalho reprodutivo enquanto trabalho que não pode ser, ou dificilmente é, acelerado (considerando o ritmo da gravidez, a duração do aprendizado do caminhar, ou a cadência na qual é possível nutrir uma criança ou um idoso), encontra-se cada vez mais desacoplado do tempo de produção. Historicamente amortecido pelo Estado social, o confinamento das duas lógicas em tempos próprios e irreconciliáveis torna mais difícil para as mulheres terem acesso ou permanecerem no mercado de trabalho remunerado, ou torna o custo deste sempre mais exorbitante. Esse confinamento compele a arranjos precários, nos quais as mulheres são, em cada lar, as principais responsáveis, se não as únicas.

Uma outra desacoplagem parece estar em vias de se produzir no plano das gramáticas políticas; se é inegável que a igualdade de gênero é, hoje em dia, ativamente buscada na esfera da produção, em parte sob o constrangimento das regulamentações estatais, a reprodução social e suas necessidades aparecem, seja enquanto casos de devoção, de amor e de disposições morais – como sempre foram –, seja como resíduos insolúveis na emancipação, um conjunto de práticas e orientações retrógradas, permanecendo por essa ou aquela razão fora do campo das deliberações políticas sobre a justiça política.

Além das modalidades recompostas da “imbricação-separação” das lógicas da produção e recepção, uma Teoria crítica feminista deve tanto apreender as novas maneiras pelas quais a vida está globalmente engajada nas cadeias de produção e de reprodução, nas quais ela mesma é o produto, quanto explorar mais o tema da apropriação. No debate sobre a natureza do gesto de capturar o trabalho reprodutivo, às vezes nomeado exploração (Delphy), outras

vezes apropriação (Moore; von Redecker), ou mesmo expropriação (Fraser) – debate que mereceria uma discussão mais detalhada –, o termo “apropriação” nos parece particularmente heurístico, pois permite compreender a continuidade entre o confisco de um trabalho, de certas capacidades, notadamente reprodutivas e sexuais, e também os órgãos, os tecidos ou líquidos metabólicos.

Também aqui, analisar os fenômenos não supõe postular afinidades a-históricas, autoevidentes, arranjos conceituais oportunos de 'naturezas' bem estabelecidas, mas de colocar na ordem do dia a produção de espaços globais de apropriação nos quais os corpos das mulheres participam, uma produção que repousa sobre as normas, as técnicas, as formas de subjetivação, os estratos sucessivos de interesse e desinteresse políticos. Como mostrou Jason Moore, a atual exaustão dos recursos naturais é compensada por uma capitalização progressiva da natureza, ângulo através do qual os metabolismos são cada vez mais completamente o resultado de um trabalho realizado pelo mercado²⁴. Para Moore, isso remete principalmente ao fato de que a reprodução da vida na agricultura é cada vez mais produto do trabalho humano através da seleção artificial e das tecnologias genéticas. Mas isso não é tudo, e o corpo das mulheres é ele mesmo compreendido – assim como o dos homens, mas de outra maneira, contida na noção de apropriação – no *continuum* entre o trabalho humano e o não-humano, permitido pelas novas possibilidades técnicas.

Num artigo recente, Nancy Fraser ofereceu à nossa reflexão um fenômeno particularmente notável para pensar essa lógica, e para empreender, à maneira de Adorno, uma decifração de nossa forma de vida a partir de um objeto cotidiano: a bomba de amamentação

²⁴ Jason Moore, *Capitalism in the Web of Life. Ecology and the Accumulation of Capital*, London/NY, Verso, 2015, p. 111.

maternal²⁵. Num só objeto encontram-se atadas a produção de mercadorias, a reprodução metabólica da vida, a força do trabalho – em suma a produção, a reprodução e a apropriação – com a lógica do gênero. Pois seu sucesso é resultado de uma taxa de trabalho muito elevada da população feminina, da falta de licenças-maternidade nos Estados Unidos ou da ameaça que essas representam para uma carreira na Europa, e de uma injunção moral dirigida às mulheres para que amamentem. Apropriado para a reprodução da espécie pelo viés de uma técnica que dinamiza o mercado, esse leite não contraria a disponibilização de uma força de trabalho. E ele será dado ao bebê em mamadeiras, por uma outra mulher, a babá, cujo baixo salário resulta da categorização de sua atividade no campo da reprodução.

Isso não é tudo. Pois a bomba de leite é também um dispositivo técnico que participa da redução do horizonte de uma vida indeterminada em favor de uma disposição da “possibilidade da possibilidade”, evocada mais acima. Pois ela oferece uma “escolha” às mulheres. Com outros objetos, normas, roteiros identitários, discursos, tecnologias, ela concede às mulheres a possibilidade de arbitrar, muito concretamente, entre diferentes formas de apropriação nas quais seus corpos podem ser o objeto, até mesmo para conciliá-los harmoniosamente.

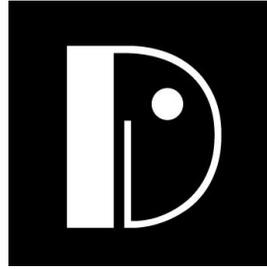
Persistir na inclinação da Teoria Crítica em direção ao feminismo não consiste, então, em conservar os vislumbres de denúncia de uma ordem de gênero, que estão nos escritos das sucessivas gerações da Escola de Frankfurt. Esse gesto deve ser compreendido como um exercício de escavação de ideias (tal como a de natureza), de métodos (como a atualização dos paradoxos), de formas (como a de apropriação) que, independentemente de seu uso

²⁵ Nancy Fraser, “Contradictions of Capitalism and Care”, *New Left Review*, 100, July-August, 2016, p. 115.

inicial, mantêm correspondências com as preocupações feministas contemporâneas.

TRADUÇÃO: Raquel Patriota e Inara Marin

REVISÃO: Ricardo Lira



DISSONÂNCIA

ISSN: 2594-5025

TEORIA CRÍTICA E FEMINISMO
Volume 1, Número 2, Dezembro/2017
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

